

- “Os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais tem nesta o seu ponto de entroncamento: ignorando-se uns aos outros, os novos países se articularam diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos destas, passarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturados de consumo e – quando a exportação supera suas importações – de dívidas.” (p. 108)
- “Ao aumentar as exportações e, sobretudo, a partir do momento em que o comércio exterior começa a produzir saldos positivos, o papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente obtido na América Latina.” (p. 108)
- “...a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, em cujo âmbito das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência [...]” (p. 108)
- Analisando os textos acima, é possível afirmar que a dependência dos países periféricos aos países centrais é cíclica, uma vez que dependem da exportação da matéria-prima para os países manufatureiros, da importação do produto manufaturado que o mercado interno não produz em escala suficiente (direcionamento da matéria-prima ao exterior), e, igualmente, de empréstimos externos para financiar essa importação? Ou seja: Exportação matéria-prima – empréstimos externos – importação produtos manufaturados e assim repetitivamente?
- Jeniffer Simoni Morbi Piga

- Sigo entendendo que, em termos de análise de conjuntura econômica, o texto é ótimo e até mesmo avança em contribuições metodológicas e fáticas. Todavia, os dois primeiros parágrafos do excerto trouxeram-me incômodos e optei por expô-los, para, então, aguardar as colocações dos professores e colegas. Dentro da teoria da dependência, até faz sentido identificar como falácia a revolução com o desenvolvimento capitalista, mas como leio que não há a dependência da forma como Marini descreve, pensando de acordo com Orione e com a existência de fase pré-capitalista, no Brasil colonial, desaparece a falácia. Ademais, ainda nos coadunando com Orione, talvez até exista uma burguesia anti-feudal (faz sentido até no contexto de queda do feudalismo, etc), mas não há burguesia anti-imperialista. Marini insiste em "sub-imperialismo" e em "capitalismo autônomo, no Brasil". Na melhor das hipóteses, entendo, assim como Biondi (2015, p. 115) ao citar Lênin, que "(...) a ordem capitalista internacional só admite três classes de países: imperialistas, semicoloniais e coloniais", sendo que os dois últimos grupos são "polo de remessa de mais-valia" (BIONDI, 2015, p. 113) (o que até se harmoniza com as colocações de Marini), ressaltando-se ainda a expressão "Estado capitalista atrasado" para se referir à Rússia (BIONDI, 2015, p. 114). Veja-se também: "Ruy Mauro Marini (2012b, p. 40) julgaria tais casos à luz da categoria de sub-imperialismo, tomando alguns países periféricos como imperialismos coadjuvantes por conta de sua composição orgânica intermediária. Contra esta leitura, vimos que a industrialização de uma nação não implica uma elevação hierárquica nas relações intercapitalistas, pois o que importa é conhecer o destino da mais-valia no itinerário da sua produção – apoiando-nos, inclusive, no próprio Marini. Em adendo, opomos à tese do subimperialismo a percepção de que a partilha do mundo é uma só, e é por ela que se define o lugar de cada país; não há uma “subpartilha”, assim como não existem “subclasses dominantes”. Ou se faz parte do polo dominante, ou se faz parte do polo dominado, ainda que, neste último grupo, possa haver uma categoria privilegiada; esta, em sua conjunção de privilégio, não perde o caráter subserviente, da mesma maneira que a “aristocracia operária” e os funcionários da gerência empresarial não deixam de ser empregados do capital." (BIONDI, 2015, nota de rodapé à p. 116). E ainda: "No campo imperialista, o número de países é pequeno, e caminha para ser menor. É mais provável que uma potência decadente venha a ser desbancada de sua posição, sendo semicolonizada por um predador maior, do que a ascensão de um país periférico." (BIONDI, 2015, p. 115). As páginas seguintes também contém ricas informações sobre o assunto. Essas interpretações influenciam, alterando, diretamente, todo o resto do excerto desta aula.
- Karen Regina Bertolotti Cury

- No trecho inicial do "capítulo" 2, Marini levanta a questão acerca das diferenças do capitalismo latino-americano em relação ao que chama de forma pura do capitalismo. Todavia, analisando a forma do capital, não consigo vislumbrar diferença entre o que ocorre no centro e na periferia. Na periferia, aparentemente, capital continua sendo $D+M=D'$.
- Em outro ponto, Marini diz que o fraco não é fraco porque é explorado, e sim explorado porque é fraco.
- Considerando tais passagens e o contexto de precariedade substancial das garantias sociais na periferia, bem como observado que, para situar o capitalismo periférico como uma questão de forma, eu teria que conseguir individualizar a superexploração como elemento da fórmula, minha inquietação é: de qual ângulo nós, pesquisadores, estamos estudando a superexploração? Não seria mais uma questão de localização do sujeito (pesquisador) em face do objeto?
- Isso porque as aulas sobre flexicurity me fizeram refletir se talvez o prefixo "super" da superexploração não esteja localizada na jornada de trabalho (tempo necessário e tempo excedente), e sim no contexto sob o qual analisamos o elemento exploração no caso concreto brasileiro. Ou seja, repercute na minha mente se só seria possível pensar na superexploração de forma relacional e, nesse caso, ao não existir em si mesma, não poderia ser uma forma autônoma.
- Aline Bastos Meireles Mandarino

- No tópico anterior às páginas sugeridas para leitura, em “O segredo do intercâmbio desigual” (p. 113-123), Marini comenta que a integração da América Latina ao mercado mundial produz uma transferência de valor da economia dependente para a economia imperialista, ou seja, parte do valor produzido nos países dependentes é cedido para os países centrais, tendo em vista o mecanismo do intercâmbio desigual (p. 122).
- No tópico seguinte, em “A superexploração do trabalho”, o autor nos traz que a transferência desse valor para os países centrais é compensada no nível de relação das produções internas dos países dependentes, através da superexploração da força de trabalho (p. 122/123).
- Além disso, identifica que a superexploração é entendida como a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor e que pode ser dada através de 3 mecanismos: i) do aumento da intensidade do trabalho; ii) do aumento da jornada de trabalho; ou iii) da redução do salário nominal (p. 123-125).
- Diante disso, entendo que Marini traz a superexploração da força de trabalho como uma característica estrutural das economias dependentes. Isso me faz questionar: nos países centrais também não há essa superexploração da força de trabalho, já que a lógica do capitalismo é o aumento da extração da mais valia para a acumulação de capital?
- Bárbara Rocha França

- No trecho proposto para leitura, adentramos em questões centrais da teoria da dependência formulada por Marini. Neste momento já fica mais evidente o que será a construção teórica do Autor acerca da inserção dos países dependentes, sobretudo os países Latino Americanos na divisão internacional do trabalho e sobretudo, a inserção desses países na lógica de produção capitalista. No entanto, um trecho em especial chama bastante atenção, na página 119, o autor afirma que: “De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações fracas se torna supérfluo e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e ampliam o atraso e a debilidade dessas nações. Verifica-se aqui o mesmo fenômeno que se observa no interior das economias industriais: o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que passam a operar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação”.
- Transportando essa afirmação à realidade brasileira, podemos pensar que em diversos momentos da história brasileira no decorrer da expansão do capitalismo em nosso território, o uso da violência é determinante para submissão da massa trabalhadora ao capital. E, da mesma forma, os períodos posteriores e de certo abrandamento desse uso da violência são marcados pela intensificação da forma jurídica (regulamentação, por exemplo). Dito isso, podemos dizer que a forma jurídica, em nossa realidade dependente, assume o papel de “mecanismo econômico que consagra essa subordinação”?
- Bruna Maria Expedito Marques

- No capítulo 2 de seu livro, Marini buscará demonstrar a localização do subdesenvolvimento no processo histórico do capitalismo: "a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (...) É este caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, que deve reter nossa atenção." (p. 112-113).
- Essa problemática atravessará o restante do livro, por isso buscaremos problematizar, dentro da perspectiva da disciplina, o que essa posição implica em relação a formação estatal, e jurídica, brasileira.
- Em outra aula já buscamos caracterizar essas relações com base em Trótski:
- "À medida que o capitalismo imperialista cria, nas colônias e semicolônias, um estrato de aristocratas e burocratas operários, estes necessitam do apoio dos governos coloniais e semicoloniais, que desempenhem o papel de protetores, de patrocinadores e às vezes de árbitros. Essa é a base social mais importante do caráter bonapartista[1] e semibonapartista dos governos das colônias e dos países atrasados em geral. Essa é também a base da dependência dos sindicatos reformistas em relação ao Estado."
- Da fusão entre a análise econômica de Marini e o caráter geral dos regimes políticos dos países dependentes, podemos avaliar que o binômio consenso + violência é exercido aqui com maior protagonismo estatal? Com base na tese do professor Orione, poderíamos afirmar que o Estado tende a assumir o principal protagonismo dos AIE?
- Caio Silva Melo